



A LUSOFONIA E A LÍNGUA PORTUGUESA: INQUIETAÇÕES E DESAFIOS

LUSOPHONY AND THE PORTUGUESE LANGUAGE: CONCERNS AND CHALLENGES

Não era só a dívida por conta do trabalho, era por conta do aprendizado da nossa cultura, da nossa cor, do nosso jeito de ser, que tem muito a ver com o povo africano.

(Luiz Inácio Lula da Silva)

Josyane Malta NASCIMENTO¹

Resumo: O artigo discute a noção de lusofonia e problematiza a centralização da língua portuguesa para a construção do conceito. Num primeiro momento, intitulado “A lusofonia e a língua portuguesa”, concentramo-nos na crítica ao lusolinguismo e à sua centralidade na concepção da lusofonia, entendendo essa perspectiva como homogeneizante. A seguir, trabalhamos com alguns fragmentos do romance *Um estranho em Goa*, de José Eduardo Agualusa, percorrendo o espaço Goês e a tensão linguística encenada na trama. Também cotejamos algumas inquietações intelectuais, a partir do posicionamento de Michel Chaen, Lourenço do Rosário e Fernando Cristóvão. Finalmente, dedicamos a última seção para reflexão sobre os desafios da construção do espaço lusófono como lugar de pluralidade e inclusão, trazendo à cena o ensaio “Luso-Afonias”, de Mia Couto. Nesse ínterim, também aproveitamos para expor o exemplo da UNILAB na edificação cooperativa da lusofonia.

Palavras-chave: Lusofonia. Agualusa. Mia Couto.

Abstract: The article discusses the notion of Lusophony and discusses the centralization of the Portuguese language for the construction of the concept. At first, entitled “Lusophony and the Portuguese language”, we focus on criticizing Lusolinguism and its centrality in the conception of Lusophony, understanding this perspective as homogenizing. Next, we work with some fragments of the novel *Um estranho em Goa*, by José Eduardo Agualusa, covering the Goan space and the linguistic tension staged in the plot. We also collated some intellectual concerns, based on the position of Michel Chaen, Lourenço do Rosário and Fernando Cristóvão. Finally, we dedicate the last section to reflect on the challenges of building the Lusophone space as a place of plurality and inclusion, bringing to the scene the essay “Luso-Afonias”, by Mia Couto. In the meantime, we also take the opportunity to expose the example of UNILAB in the cooperative building of Portuguese speaking countries.

Key words: Lusophony. Agualusa. Mia Couto

A lusofonia e a língua portuguesa

¹ UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.
E-mail: josyanemalta@yahoo.com.br



É comum haver entre a crítica acadêmica a confusão entre língua portuguesa e lusofonia. Aquela quase sempre justificando a existência dessa. Entretanto, essa relação torna-se precária, sobretudo quando analisada a partir do diálogo sul-sul e sob a perspectiva das relações pós-coloniais.

Crítico dessa relação identitária superficial (quando a filiação se dá, por exemplo, por critérios puramente linguísticos), Cahen (2009) nega a existência de uma “cultura lusófona”, entendendo-a como homogênea e de textura parcamente coesa. Para começar o debate, ele menciona a oficialização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A CPLP surge em 1996 anunciando não a sua criação, mas a sua institucionalização. Isso deixava subentendido que essa comunidade já existia e que, naquele ano, tornava-se apenas oficial. Esse pretense gesto ajudava a intensificar a confusão entre partilha linguística e partilha de identidade; doravante, a ideia de lusofonia cada vez mais se prendia à rede da língua portuguesa, entendendo o idioma como vetor responsável pela conglomeração de culturas. Nesse sentido, Cahen credita a esse entendimento de lusofonia uma nova interpretação do lusotropicalismo de Freyre, espécie de *neolusotropicalismo*:

Não é possível neste artigo descrever a constelação lusotropicalista. O que se nomeia “lusotropicalismo” é principalmente o neolusotropicalismo tal como aparece nos anos 1950, quando Salazar recupera as teorizações de Gilberto Freyre, com seu pleno acordo. Assim, quando, por mais criticado que seja o lusotropicalismo original de Gilberto Freyre dos anos 1930, fazia da mestiçagem e da “integração dos Trópicos” o fundamento de uma nova civilização; o lusotropicalismo tardio fez da mestiçagem uma etapa em direção ao “branqueamento” e à ocidentalização. A lusofonia entendida como dilatação da lusitanidade se liga claramente a este lusotropicalismo tardio. (CHAEN, 2007, p.17)

A ideia de lusofonia ter-se-ia agregado a perspectivas homogeneizantes e equivocadas, seja por celebrar a língua portuguesa, seja por celebrar a mestiçagem, num pretense movimento de expressar uma falsa igualdade e coesão entre a comunidade lusófona. Essa presunção da harmonia, nas formulações de Gilberto Freyre, se dá pela empatia nata dos portugueses com os países tropicais, ressaltando os valores positivos da mestiçagem, comum a Portugal, de formação identitária híbrida; mais tarde Salazar ter-se-ia aproveitado do pensamento freyreano para dar uma pretensa e maldosa familiaridade às suas colônias, de forma a amenizar a violência colonial.

Embora não seja exatamente o foco do artigo realizar uma revisão do conceito de lusotropicalismo, citemos, a título de maior informação, algumas das justificativas utilizadas por Freyre sobre a natureza mestiça do povo português. Apesar de *Interpretação do Brasil* não ser uma obra que explicita didaticamente o conceito de lusotropicalismo – como ocorre em *O luso e o trópico*, por exemplo –, a citação a seguir mostra como as nuances que justificam aquele conceito fomentam uma espécie de lusolinguismo para explicar uma coesão falha ou ilusória entre Portugal e os países que foram suas colônias, a partir da mestiçagem:

o resultado geral do longo contato dos espanhóis e dos portugueses com os árabes, ou mouros e os judeus foi antes uma integração ou diferenciação ostensiva de qualquer deles ou mesmo choques violentos. Os árabes juntaram à língua portuguesa e espanhola um rico vocabulário de arabismos, fato este que leva a algumas conclusões sociológicas nada desprezíveis. Uma delas é que, em ambos os idiomas, os arabismos parecem dominar o vocabulário latino quando se trata de antigos termos científicos e técnicos de importância, relacionados com a agricultura ou com a indústria extrativa. E certas expressões populares, como “trabalhar como um mouro”, parecem explicar por que esta ou aquela parte da península considerada de “solo fértil” pelos autores árabes é considerada árida pelos



cristãos. Um detalhe significativo é que na língua portuguesa a palavra para árvore que dá azeitona, *oliveira*, é de origem latina, enquanto a palavra *azeite*, óleo, de uso corriqueiro, e que serve para designar um produto comercial extraído daquela planta, é de origem árabe. (FREYRE, 2016, s. p.)

O lusotropicalismo é visto hoje por grande parte da crítica acadêmica como discurso que fomenta o mito da mestiçagem fraterna, mascarando o racismo estrutural e as desigualdades sociorraciais. Cahen está na esteira da crítica intelectual que vê com desconfiança a ideia de uma cultura lusófona: “O conceito de ‘lusofonia’ (como o de ‘francofonia’) apaga em uma única palavra realidades sociais extremamente diferentes e *status* sociais incomparáveis.” (CHAEN, 2007, p.6) A ideologia lusolinguística, assim como o lusotropicalismo, ou o que Cahen chama neolusotropicalismo, tende a homogeneizar o conceito de lusofonia e, conseqüentemente, também as questões identitárias dos países em condição de plurilinguismo. Fatalmente, as línguas dos negócios, ou como prefere Cahen, as “de utilidade social”, tendem a massificar aquelas que são faladas apenas em comunidades periféricas.

Vale a pena ressaltar um dos exemplos utilizados por Cahen acerca da questão linguística em Goa que, sendo hoje um estado indiano, tem o português falado por pouquíssimos habitantes. Isso já ocorreria, aliás, muito antes da tomada territorial indiana nos anos sessenta do século XX:

Por que ninguém fala português em Goa, por que a utilização da língua portuguesa era aí tão fraca, até no tempo dos portugueses? Goa tem sido possivelmente mais lusófona nos séculos XVIII e XIX do que no século XX. O lento declínio do Estado da Índia forçou grande parte da elite a migrar para Bombaim ou para algumas áreas da Índia britânica, tanto mais que a coroa britânica procurava recrutar indianos que conhecessem o alfabeto latino. Isto explica por que goeses (geralmente não lusófonos) se encontravam em toda a administração colonial britânica na África Oriental, e que, de emigração em migração, existiam comunidades goesas, numerosas e persistentes em Londres, no Canadá, enquanto elas desaparecessem por integração em Portugal. Não se pode senão constatar que a língua portuguesa não foi socialmente útil a esses goeses para sua atividade profissional e para sua coesão identitária. (CAHEN, 2007, p.9)

Ao pensarmos sobre o caso goês – ou mesmo de Moçambique (cuja minoria tem a língua portuguesa como materna), ou Cabo Verde e Guiné Bissau, em que o crioulo é majoritariamente falado e assumido como língua nacional –, percebe-se que o critério puramente linguístico torna-se ineficaz para justificar uma comunidade lusófona, seja em âmbito conceitual e/ou institucional; sobretudo quando buscamos as estatísticas e verificamos o baixo número de falantes do português em comunidades reconhecidas como “lusófonas”. Aliás, para cada 10 falantes da língua portuguesa no mundo, 8 são brasileiros², o que enfraquece ainda mais o lusolinguismo como arauto da lusofonia.

Dentre as muitas inquietações que cercam o conceito de lusofonia, a problematização da língua como lugar centralizador e homogeneizante leva-nos aos desafios de descolonizar o *outro* que nos habita.

Inquietações

² Conforme noticiou a Agência Brasil em outubro de 2019, a partir de dados da ONU. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-10/afrika-tera-maioria-dos-falantes-do-portugues-ate-o-fim-do-seculo#:~:text=Com%20cerca%20de%20210%20milh%C3%B5es,no%20mundo%20atualmente%20s%C3%A3o%20brasileiros.>



É um angolano pelas ruas de Pangim, capital do estado de Goa, hoje parte da nação indiana. Antigo território português no oriente, retomado em 1961 e apenas reconhecido como independente de Portugal, pelos portugueses, em 1975. O narrador procura na paisagem qualquer coisa perdida da antiga metrópole. Casa seu olhar com igrejas católicas, construções barrocas, elementos ibéricos. Mas é a semelhança com Angola que o impressiona, não pelo que fora erguido, mas pelo que fora destruído:

Ao chegar impressionou-me a amargura das velhas casas, os passeios em ruínas, os muros derrubados. “Estamos em Luanda, disse a Lili enquanto caminhávamos pelas ruas do centro de Pangim. (AGUALUSA, 2010, s. p.)

Luanda é assim evocada por esse narrador, que descobre um pouco de si em meio aos destroços goeses. A identificação passa pelas ruínas, não pela língua, aliás, pouco falada na capital goesa.

- Nós fomos integrados à força nesta grande desordem – diz, revelando uma surpreendente energia. – Em apenas vinte e quatro horas mudou-se a língua. A língua era de uma potência colonial e passou-se para a língua de outra potência, a língua inglesa. (...). Cada dia nos sentimos mais estrangeiros dentro da nossa própria terra. (AGUALUSA, 2010, s. p.)

O século XX é marcado pela independência colonial de muitos países, sobretudo na África. Entretanto, de acordo com Lourenço do Rosário (2009), as ex-potências coloniais teriam dado sequência a uma nova forma de domínio dos antigos territórios, a partir de interesses econômicos e comerciais. Ao colonialismo, sucede uma espécie de neocolonialismo, tendo a língua como pretexto de coesão e familiaridade entre as nações, sob a roupagem de comunidades linguísticas. Assim teriam nascido a francofonia e a anglofonia:

A década de 1960 do século passado é conhecida por década de África. A maior parte das colônias africanas da Grã-Bretanha e França tornaram-se estados independentes da primeira metade dessa década. Os interesses políticos e sobretudo econômicos fizeram com que as ex-potências coloniais desenhassem uma estratégia de continuidade com outra roupagem. Quer isto dizer que ao colonialismo clássico se seguia o panorama neocolonial. E uma das configurações que esse novo modelo tomou foi o de comunidade linguística. Assim nasceram as comunidades francófona e anglófona. Contudo, um olhar mais atento há-de-nos provar que a língua como fator de formação das comunidades em apreço não passava de um pretexto. (ROSÁRIO, 2009, p.176)

No caso da lusofonia, o argumento da língua portuguesa torna o conceito vazio, sendo ineficaz para justificar uma comunidade linguisticamente coesa, seja devido à pluralidade linguística, seja devido às poucas comunidades que têm o português como língua materna. Essa tensão é encenada em *Um estranho em Goa*. Recuperando o último fragmento citado, no caso específico desse antigo território português, a língua inglesa toma para si o lugar colonial que outrora coube aos portugueses em Goa: “de uma potência colonial a outra”, conforme fala o goês ao narrador. Nos países africanos de língua portuguesa, diferentemente de Goa, o português é a língua das instituições, figurando também como língua de exclusão daqueles que não a dominam. Já naquele estado indiano, isso ocorre com a língua inglesa, como idioma de utilidade social. Goa dificilmente seria um país lusófono, sob a perspectiva meramente linguística.

Dentre os intelectuais que defendem o status da lusofonia, podemos encontrar Fernando Cristóvão, acreditando que “essa república da língua não deve ignorar aquela realidade de



diversidade étnica e linguística” (ROSÁRIO, 2009, p.178), nas palavras de Rosário. Cristóvão acredita num patrimônio comum da lusofonia, partilhado pelo imaginário, pela arquitetura, pela história, pela documentação etc. “Porque a Lusofonia não é só a soma de territórios e populações ligados pela língua. É também um certo património de ideias, sentimentos, monumentos e documentação” (CRISTÓVÃO, 2003, s. p).

Acreditando que a lusofonia está em processo constante de construção, Cristóvão entende o conceito a partir de três perspectivas – três círculos: 1. o primeiro se refere aos oito países³ e às regiões que compartilham em algum grau a língua portuguesa, como Goa, Macau e a Galiza: “É neste grande círculo que se joga o futuro da lusofonia. É nele que se situa a ‘Comunidade dos Povos⁴ de Língua Portuguesa’, criada em 1996, que tarda em impor-se na cena internacional.” (CRISTÓVÃO, 2007, s. p.) 2. O segundo círculo abrangeria as diversas línguas que convivem com o português, como as ameríndias no Brasil, as de matrizes africanas, os crioulos de Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, ou o concaním em Goa, entre outras. 3. Finalmente, o terceiro círculo seria o das instituições, formado sobretudo por estrangeiros com afinidade intelectual a todos esses países e regiões ligados à lusofonia.

Embora Cristóvão de fato dimensione sua defesa na relação cultural entre os povos que compartilham em algum grau um espírito lusófono, ele concentra seus argumentos demasiadamente no âmbito linguístico, caindo naquela armadilha lusolinguística exposta anteriormente. Entretanto, vale aproveitar de sua tese a compreensão de um patrimônio comum. Resta entender, porém, os níveis envolvidos ou excluídos dessa comunidade, o que torna a discussão complexa e deixa-nos no impasse conceitual do termo lusofonia.

A pretensa comunidade lusófona constrói-se entre tensões identitárias, herdando, ainda, questões que subsistem ao tempo:

- Hoje sente-se indiano?
 - Não, indiano não, mas às vezes Goês...
 - E português?
 - Isso já não sei. O que é um português?
- A pergunta apanhou-me desprevenido. Hesitei.
- Bem, antes de mais, suponho, um europeu...
 - Os portugueses, europeus? – Riu-se com mansidão. – Nunca foram. Não eram e não o são hoje. Quando conseguirem que Portugal se transforme sinceramente numa nação europeia, o país deixará de existir. Repare: os portugueses construíram a sua identidade por oposição à Europa, ao Reino de Castela, e como estavam encurralados lançaram-se ao mar e vieram até aqui, fundaram o Brasil e colonizaram a África. Ou seja, escolheram não ser europeus. (AGUALUSA, 2010, s. p.)

O fragmento de *Um estranho em Goa* nos remete à questão identitária portuguesa desde a fundação nacional, passando pela expansão marítima e colonização. Uma identidade formada em oposição à Europa e projetada em suas colônias ao sul e ao oriente. Chaen nos alerta para o risco de a lusofonia tornar-se sobretudo uma projeção da portugalidade, principalmente quando inserida na hegemonia linguística do idioma português. Lembremos que a ideia de portugalidade se intensificou com o Estado Novo, no decurso dos anos cinquenta e sessenta, com o emblema “Portugal do Minho ao Timor”, presumindo-se uma coesão nacional entre Portugal e as então colônias, na altura em que se intensificavam os movimentos anticolonialistas na África.

³ Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

⁴ O projeto inicial da CPLP previa o nome Comunidade dos **Povos** de Língua Portuguesa.



A expansão não é mais militar, mas a portugalidade sempre tem a necessidade de um espaço de projeção, predefinido e tranquilizador: a “lusofonia”. É um avatar da velha tendência lusotropicalista segundo a qual o povo português tem a facilidade inata e hereditária para se aclimatar harmoniosamente entre outros povos, mais frequentemente sob os trópicos. A questão que este imaginário nunca se coloca – os imaginários raramente se colocam questões, é verdade – é a de saber como os “outros lusófonos” sentem a maneira portuguesa. (CHAEN, 2007, p.11)

Diferente de Cristóvão, assumidamente um lusófilo, Chaen traça duras críticas à lusofonia. Já em Lourenço do Rosário, podemos encontrar alguma centelha de ânimo nele que, inclusive, fora discípulo de Cristóvão. Rosário, entretanto, assim como Chaen, expõe seu permanente desconforto em relação à comunidade lusófona, atestando os riscos de se filiar à portugalidade e consequente ideologias da língua. Como exemplo, remonta aos anos sessenta do século XX, quando Portugal reforçava a ideia de unidade nacional entre as colônias e, no caso de Moçambique, com o *slogan* “Moçambique só é Moçambique porque é Portugal”:

Sendo Moçambique um país de origem colonial, nas circunstâncias e no contexto em que o *slogan* foi produzido, era verdadeira a aceção de que Moçambique devia sua origem a Portugal e naquele momento estava sob administração portuguesa, isto é, era um território português. Mas o *slogan* contém uma dimensão semântica e ideológica que neutraliza outras dimensões que pudessem sugerir variáveis da realidade anunciada. (...) Ora, esta visão de tudo ou nada era acompanhada de um olhar que, em última análise, entronca no grande desígnio de Nação Uma e Indivisível, do Minho ao Timor. (...) O Prof. Fernando Cristóvão que prefere prudentemente defender uma república baseada na língua, insiste numa ideia, a qual também partilho, que essa república da língua não deve ignorar aquela realidade de diversidade étnica e linguística. (ROSÁRIO, 2009, p.178)

Aquela centelha de esperança em relação à lusofonia que creditamos, antes, à Lourenço do Rosário, estaria nesta expectativa de inclusão da diversidade étnica e linguística. José Eduardo Agualusa falou-nos, certa vez, em “lusofonia horizontal”. Estava ele participando em São Paulo de uma mesa de debate juntamente com Mia Couto. O tema escolhido para discussão fora o lusotropicalismo. Agualusa acredita que a lusofonia ansiada pelos africanos – ele, em especial, fala pelos angolanos –, estaria ligada à ideia de interculturalismo, de modo que as relações de identidade comunitária fossem construídas a partir da ausência de um centro de poder. A transcrição é nossa:

(...) Essa troca de informação entre todos esses países nunca foi tão intensa. Evidentemente isso está a contribuir para a construção de uma identidade cultural mais participativa. (...) Inclusive, por exemplo, no domínio da música (...), nós vemos cada vez mais músicos brasileiros colaborando com músicos angolanos, com músicos moçambicanos, com músicos portugueses. E isso existe na prática. É uma lusofonia que não tem a ver com governos, que ultrapassa largamente a vontade dos governos e que está a ser construída pelas sociedades civis de cada um de nossos países, pelas pessoas. (...) O que eu acho é que existe hoje uma lusofonia que é uma lusofonia mais democrática, mais horizontal, em que todos os países influenciam uns aos outros. Não há um centro de poder. Não há um centro que imponha para o restante a sua cultura.⁵

Com um otimismo particular, Agualusa acredita que esteja ocorrendo uma nova forma de lusofonia, descarnada da imagem de Portugal como centro de domínio cultural, e vinda das ações populares. Entretanto, embora falte a essa perspectiva do escritor uma discussão mais elaborada e complexa – ligada, por exemplo, à problematização da cultura de massa que, aliás, não passa pela

⁵ Fala proferida por AGUALUSA, José Eduardo, convidado da mesa de debate número 7, 2015, evento Pauliceia Literária. Participação também de Mia Couto e mediação de Manuel da Costa Pinto. O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TUZyDO9BgFk>



imagem portuguesa no âmbito pós-colonial africano (e que não será objeto de discussão nesse espaço) –, é interessante pensar essa imagem vinculada às relações institucionais e, aqui, entendendo a língua, a literatura e todo plexo cultural dinâmico dos países que de algum modo se inserem na imagem de uma comunidade lusófona como lugares institucionais. Esses espaços descolonizam-se ao se orientarem ao sul, reforçando o diálogo e a cooperação intercultural democraticamente.

Desafios

Em entrevista ao jornal *Camões*, em 2018, Mia Couto corrobora a ideia de que a lusofonia deveria encontrar outros meios de partilha identitária que não seja apenas a partir da língua portuguesa. O título dado à entrevista fora justamente “Uma lusofonia para além da língua”. Couto acredita que devemos procurar outras maneiras de construir um projeto de lusofonia, principalmente porque entende a realidade, por exemplo de Moçambique, como território nacional onde milhões de pessoas não falam português, outros milhões, conta-nos o escritor, falam-no como segunda língua. Ou, acrescentamos, falam pela necessidade de atender às exigências do mercado. Falar de um povo, ou um país lusófono, a partir do viés puramente linguístico, seria o mesmo que marginalizar toda a população que não se enquadra nesse projeto – ainda que conceitualmente, afinal, a execução de projetos passam, antes, pelo plano das ideias, para depois tomar corpo: “Encontrar outras maneiras de termos uma entidade partilhada que não passe exclusivamente pela língua. Porque se assim for, esta gente sente-se marginalizada. E não pode aderir a um projeto que as coloca numa situação marginal.” (COUTO, 2018, p.3)

No caso de Moçambique, conta-nos Mia Couto, no ensaio “Luso-Afonias – a lusofonia entre viagens e crimes”, que o país construiu a imagem lusófona sob tensões ainda reverberantes e relembra o caso de 1995, quando a nação aderiu à Commonwealth, uma comunidade transnacional formada pelo Reino Unido e composta quase exclusivamente pelo antigo Império Britânico.

A condição desta nossa família linguística parece ser esta: todos aceitaram vir ao baile, mas a música é emprestada de uma outra festa. Desde sempre, estivemos perante um processo de dúvidas e desconfianças, avanços e recuos nesta invenção de uma família linguística. Há uns dez anos, Moçambique levantou objecções sobre o modo como se olhava o idioma como elo de ligação. A designação de “países de língua oficial” nasce dessa controvérsia. Daí aquele desgraçado nome de PALOPS. A não menos infeliz sigla de CPLP é também resultado dessa briga familiar (CPLP: faltam vogais nesta sigla e as vogais, sabemos, são o açúcar da fala). (...). Certos sectores da política portuguesa entraram em pânico com a adesão de Moçambique à Commonwealth. O que se passava? Os moçambicanos haviam traído a sua fidelidade ao idioma luso? (COUTO, 2009, p.191-192)

Não se sentir dito pelo outro, ou dizer o outro de modo a não se ver nessa fala: “A descolonização só pode ser feita pelos próprios colonizados. E nós todos éramos colonizados. Descolonizámo-nos uns aos outros, uns e outros.” (COUTO, 2009, p.192). Entre tensões que ladeiam a identidade, a política, a educação e todo estrato social, a lusofonia dever ser um projeto sobretudo de inclusão, ou cairemos na velha tendência à verticalização e à formação de periferias culturais.

Como bem lembrou Cahen, Eduardo Lourenço fora dos primeiros a expor, ainda que em outros termos, os equívocos da associação entre língua (enquanto idioma, pois bem sabemos que língua tem conceito mais amplo) e lusofonia:



Só para nós, portugueses, a lusofonia e a mitologia da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa é imaginada como uma totalidade ideal compatível com as diferenças culturais que caracterizaram cada uma das suas componentes. Como portugueses, seria impossível e sem sentido não a imaginar assim, pois somos o espaço matricial da língua portuguesa, levando-a conosco para as paragens que tocamos ou colonizamos, e onde estamos enquanto ela estiver e continuar a nos definir, aos nossos olhos e aos de outros, como interessados espiritual e vitalmente na sua irradiação, presença e metamorfose. O que não podemos é atribuir a essa centralidade nossa esfera lusófona outra dimensão que não seja essa de essência genealógica, de caráter estritamente *comunicacional*, embora saibamos que uma língua partilhada é bem outra coisa do que intercomunicação. (LOURENÇO, 2001, p.181,-182)

Na esfera da lusofonia, a língua sendo um código, torna-se também um canal: nem só da língua, enquanto idioma, fazem-se as relações lusófonas e lusofônicas⁶. A língua é um código e, ao mesmo tempo, um canal pelo qual se constroem as relações e identificações, conforme defendemos em outro espaço⁷.

A língua, sem dúvida, é um importante elo comunicante entre as antigas colônias e Portugal. Entretanto, existem pontos arteriais que fluem periféricamente, fora de um (dis)curso propriamente português ou daquela miragem da lusofonia portuguesa de que Lourenço nos alertou. Existiria, afinal, algo a mais que a língua que nos faz identificarmo-nos como lusófonos? Algo a ver com sermos periféricos ou partilharmos angústias e traumas semelhantes?

Retomemos a epígrafe deste artigo: “Não era só a dívida por conta do trabalho, era por conta do aprendizado da nossa cultura, da nossa cor, do nosso jeito de ser, que tem muito a ver com o povo africano.”⁸ Era o ano de 2017. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira formava sua segunda turma do curso de Bacharelado em Humanidades, no campus dos Malês, na Bahia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fora convidado para ser o patrono da formatura. Ele iniciara sua caravana pelo nordeste e passaria pela cidade de São Francisco do Conde, situada entre o Recôncavo Baiano e a região metropolitana de Salvador, para cumprir seu mister de símbolo máximo de um grupo de formandos. Mas não era patrono apenas daqueles formandos. Fora um dos idealizadores daquele projeto único de universidade, que propunha a integração da lusofonia entre o Brasil, os PALOP e o Timor-Leste. Uma porção significativa dos formandos era de estudantes africanos. Quase a totalidade composta por negros.

A lei de criação da UNILAB prevê, desde a sua consolidação, a integração com os países membros da CPLP. À ideia de “nações irmanadas” pela partilha da língua portuguesa, que está contida no processo de criação da CPLP, acrescenta-se naquela universidade o “intercâmbio cultural” solidário, valorizando especialmente o diálogo entre o Brasil e os países africanos. Vejamos o trecho da lei de criação:

Art. 2^o A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

⁶ O conceito de lusofônico remete-se à performance dialógica das relações sul-sul entre os países de língua oficial portuguesa.

⁷ Trata-se do artigo “Lusofonia em perspectiva: revisitando Gramiro de Matos”, ainda no prelo dos anais do III Congresso da AFROLIC

⁸ Trechos da fala estão transcritos e disponíveis em <https://institutolula.org/unilab-faz-8-anos-trabalhando-pela-integracao-brasil-africa>



§ 1º A Unilab caracterizará sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP.

§ 2º Os cursos da Unilab serão ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos (...).⁹

Dentre os muitos desafios que acompanham a construção da lusofonia, certamente tirar a língua portuguesa de um *status* de poder faz-se urgente se quisermos construir um projeto lusófono democrático e realmente plural. No exemplo que trouxemos acima, da UNILAB, a partir do meu trabalho como docente de literatura, pude verificar essa construção horizontal da lusofonia em diversos projetos do tripé universitário, mas que aqui não caberia elencá-los, com o risco de deixar algum de fora. Manter o projeto, entretanto, é uma marcha de resistência coletiva. Não é raro encontrar críticas destrutivas e mal informadas, sobretudo na grande mídia, relacionadas aos componentes curriculares ou a projetos de inclusão (e que aqui não vale a pena nem referenciar a alusão). Mesmo sendo fruto de sensacionalismo e ignorância alheia, a mobilização irresponsável de (des)informações acaba por fomentar o senso comum num sentido vazio do debate, em prejuízo à construção de uma sociedade plural e inclusiva.

Para fins de reflexão, retomemos uma passagem da intervenção “Luso-Afonias – a lusofonia entre viagens e crimes”, de Mia Couto. Ele lembra um episódio protagonizado por Eduardo Mondlane, em 1961, quando do regresso a Maputo (então Lourenço Marques) a serviço da ONU. Mondlane faria um discurso na Associação dos Negros de Moçambique. Sabendo de sua influência na população, a PIDE o impedira de falar sobre uma lista inumerável de assuntos, deixando-o com um parco repertório temático. Mondlane escolhera, então, contar uma história do arquivo oral moçambicano. Tratava-se do conto da águia que achava ser uma galinha. Um dia, um homem incomodado, resolveu fazer aquela águia voar, lançando-a de um imenso precipício. “a águia iniciou um esplendoroso voo e venceu as alturas, cruzando o horizonte para além de si mesma.” (COUTO, 2009, p.190). Conta-nos Mia Couto que Mondlane não poderia mobilizar a população, nem falar de política, tampouco tocar em assuntos que ameaçassem a ordem colonial. Entretanto, Mondlane não estava proibido de falar em sua língua materna, compartilhada pela maioria na capital. A escolha pela língua portuguesa fez-se subversivamente: usá-la para expressar uma fábula do repertório oral moçambicano, cujo teor era altamente alegórico para aquele momento, quer seja, para a liberdade. Todos os moçambicanos ali reunidos eram a águia em seu potencial voo. A língua portuguesa fora, sobretudo, um artifício para expressão de uma forma particular de pensar que é comum no universo africano: a recorrência à fábula e às histórias.

Mais importante que falar a língua portuguesa, para lusofonia, é deixar que a língua portuguesa nos fale. Esse é um desafio e uma esperança. E talvez o mais importante pilar de uma lusofonia solidária.

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12289.htm



REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, José Eduardo. Um estranho em Goa. 2.ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2010 (e-book)
- CAHEN, Michel. “Lusitanidade e lusofonia: considerações conceituais sobre realidades sociais e políticas”. Trad. Mariângela Peccioli e André Luiz Joaquinho. Plural Pluriel – revue des culture de langue portugaise, n. 7, automne/hiver, 2010. Disponível em: <file:///C:/Documents/p%C3%B3s-doc/Cahen%20Lusitanidade%20e%20lusofonia_%20considera%C3%A7%C3%B5es%20conceituais%20sobre%20realidades%20sociais%20e%20pol%C3%ADticas.html>
- Acesso em 5 de junho de 2020
- COUTO, Mia. E se Obama fosse africano e outras interinvenções. Lisboa: Caminho, 2009.
- _____. “Uma lusofonia para além da língua”. *Jornal das Letras*. Número 1237. Lisboa: 28 de fevereiro a 13 de março de 2018
- CRISTÓVÃO, Fernando. “Os três círculos da lusofonia”. *Revista Humanidades*. Lisboa: 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil - aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: Global, 2016 (e-book)
- LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- QUEIROZ, Brito. “África terá maioria dos falantes de português até o fim do século.”
- Agência Brasil, out., 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-10/africa-tera-maioria-dos-falantes-do-portugues-ate-o-fim-do-seculo#:~:text=Com%20cerca%20de%20210%20milh%C3%B5es,no%20mundo%20atualmente%20s%C3%A3o%20brasileiros>>.
- Acesso em 10 jul. 2020.
- ROSÁRIO, Lourenço. *Singularidades II*. Maputo: Texto editores, 2009.